



**VARIA**

**Artigo**



**A CONCEPÇÃO DOS GESTORES, PROFESSORES E ENCARREGADOS  
DE EDUCAÇÃO ACERCA DA INCLUSÃO ESCOLAR EM  
MOÇAMBIQUE: SUA INFLUÊNCIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO  
EFFECTIVA DESTA POLÍTICA EDUCATIVA**

***THE CONCEPTION OF MANAGERS, TEACHERS AND GUARDIANS ABOUT SCHOOL  
INCLUSION IN MOZAMBIQUE: THEIR INFLUENCE ON THE EFFECTIVE  
IMPLEMENTATION OF THIS EDUCATIONAL POLICY***

***LA CONCEPCIÓN DE DIRECTIVOS, DOCENTES Y TUTORES SOBRE LA INCLUSIÓN  
ESCOLAR EN MOZAMBIQUE: SU INFLUENCIA EN LA IMPLEMENTACIÓN  
EFFECTIVA DE ESTA POLÍTICA EDUCATIVA***

*Por Perlo Miquidade António Rabeca*

*Perlo Miquidade António Rabeca*

Doutorando em Ciências de Educação com  
Especialização em Educação Inclusiva e  
Pedagogia Diferenciada na Universidade  
Piaet de Moçambique, Director do curso de  
Licenciatura em Pedagogia na Universidade  
Rovuma (Moçambique)  
Contato perlorabeca@gmail.com

Submetido: 01/05/2025

Aceite: 22/05/2025

RABECA, P.M.A A concepção dos gestores,  
professores e encarregados de educação acerca  
da inclusão escolar em Moçambique: sua  
influência para a implementação efectiva desta  
política educativa. **Boletim GeoÁfrica**, v. 4,  
n. 12, p. 88-99, jan.-jun. 2025



### **Resumo**

Este estudo investigou acerca da concepção dos gestores, professores e encarregados de educação acerca da inclusão escolar em Moçambique: Sua influência para implementação efectiva desta política educativa. Actualmente é pertinente discutir este assunto, pois cada um destes intervenientes possui uma função a cumprir para a concretização desta modalidade de ensino. O investigador buscou reflectir como a concepção dos gestores escolares, professores encarregados de educação acerca da inclusão escolar influência na implementação efectiva desta modalidade de ensino. E, o método empregado para elaboração deste artigo foi uma revisão bibliográfica que trata do tema, juntamente com a experiência do investigador também serviu de suporte para o trabalho. Os resultados indicaram que, enquanto não se consciencializar os gestores escolares, professores e encarregados de educação acerca da filosofia da inclusão escolar, eles não contribuirão efectivamente para a sua implementação. Ademais, é necessário reavaliar o orçamento alocado as escolas, que deve ser suficiente para cobrir os custos necessários para a criação das condições de acessibilidade que possibilitam a inclusão de todos os alunos no ensino regular. Espera-se que este estudo sirva de reflexão de como a concepção dos actores escolares influência na implementação da inclusão escolar.

**Palavras-Chave:** Inclusão escolar. Concepção dos gestores, professores e encarregados de educação. Política educativa.

### **Abstract**

This study investigated the conception of school managers, teachers and guardians about school inclusion in Mozambique: its influence on the effective implementation of this educational policy. It is currently pertinent to discuss this subject, since each of these stakeholders has a role to play in the implementation of this teaching modality. The researcher sought to reflect on how the conception of school managers, teachers and guardians about school inclusion influences the effective implementation of this teaching modality. And the method used to prepare this article was a bibliographic review that deals with the subject, together with the researcher's experience also served as support for the work. The results indicate that, until school managers, teachers and guardians are made aware of the philosophy of school inclusion, they will not effectively contribute to its implementation. Furthermore, it is necessary to reassess the budget allocated to schools, which must be sufficient to cover the costs required to create accessibility conditions that enable the inclusion of all students in regular education. It is hoped that this study will serve as a reflection on how the conception of school actors influences the implementation of school inclusion.

**Keywords:** School inclusion. Conception of managers, teachers and guardians. Educational policy.

### **Resumen**

Este estudio investigó la concepción de los administradores escolares, docentes y tutores sobre la inclusión escolar en Mozambique: su influencia en la implementación efectiva de esta política educativa. Actualmente, es pertinente discutir este tema, ya que cada uno de estos actores tiene un rol que desempeñar en la implementación de esta modalidad de enseñanza. El investigador buscó reflexionar sobre cómo la concepción de los administradores escolares, docentes y tutores sobre la inclusión escolar influye en la implementación efectiva de esta modalidad de enseñanza. El método utilizado para preparar este artículo fue una revisión bibliográfica que aborda el tema, junto con la experiencia del investigador que también sirvió como soporte para el trabajo. Los resultados indicaron que, hasta que los administradores escolares, docentes y tutores sean conscientes de la filosofía de la inclusión escolar, no contribuirán eficazmente a su implementación. Además, es necesario reevaluar el presupuesto asignado a las escuelas, el cual debe ser suficiente para cubrir los costos necesarios para crear condiciones de accesibilidad que permitan la inclusión de todo el alumnado en la educación regular. Se espera que este estudio sirva como reflexión sobre cómo la concepción de los actores escolares influye en la implementación de la inclusión escolar.

**Palabras clave:** Inclusión escolar. Concepción de directivos, docentes y tutores. Política educativa.



## INTRODUÇÃO

O artigo procura analisar como os gestores escolares, professores e profissionais da Educação concebem a inclusão escolar no processo de implementação efectiva desta política educativa nas escolas de Moçambique. Em nosso entender, esta reflexão é relevante, visto que permite perceber se as práticas educativas desenvolvidas pelos professores nas escolas em Moçambique, respondem às exigências da escola actual, uma vez que o estabelecimento escolar do passado não acolhia todos os alunos, pois não havia condições permitindo o acesso e a permanência de crianças apresentando certas deficiências ou limitações.

Com o passar do tempo, os psicólogos e pedagogos passaram a procurar uma inserção na escola regular essas crianças excluídas do sistema escolar. Foi então elaborado um novo modelo de ensino, chamado “ensino inclusivo”, que consiste numa prática educativa democrática e humanística, que acolhe de todos os alunos nas escolas regulares com condições adaptativas. Actualmente, a prática inclusiva dentro do sistema escolar leva à aproximação daqueles que se mostram sob risco de serem excluídos de determinado contexto e demonstram grandes chances de fracasso (Santos, Oliveira, 2021, p. 31). Consideramos que a maioria das escolas regulares ainda não reúne condições adaptativas para acolhimento de todos os alunos, sobretudo aqueles que apresentam necessidades educativas especiais significativas. Além disso, ainda se verificam algumas práticas educativas que não se relacionam com as exigências de uma escola inclusiva, uma vez que nessas escolas não existe consideração pelas diferenças apresentadas pelos alunos durante a aula. A cultura escolar sendo, em geral, marcada pela homogeneização e por um carácter mono cultural, ela inviabiliza as diferenças, tende a apagá-las e desconsidera a igualdade entre alunos (Moreira; Candau, 2008).

Em nosso entender, em Moçambique maior parte dos actores escolares têm dificuldade para conceber a inclusão escolar, dificultando a implementação efectiva desta política educativa. Surge, assim, algumas questões para reflexão: É possível efectivar a inclusão escolar enquanto os actores escolares não conhecem a filosofia desta política educativa? Que mecanismos devem ser adoptados para consciencializar os actores escolares acerca da filosofia da inclusão escolar? Por isso, se os actores escolares não conhecem a finalidade da inclusão escolar, a escola não está preparada para acolhimento desta política educativa.



O sistema escolar reagiu muito lentamente e, com reticências ao debate sobre os direitos das crianças, em parte por desconhecimento ou entendimento equivocado do significado das mudanças legais, em parte porque esta mudança alavancou a universalização da matrícula escolar trazendo para a escola muitos dos que eram “naturalmente” excluídos. (Guara; Machado, s/d, p.101).

Consideramos que se maior parte dos professores ainda desconhece a filosofia da inclusão escolar, esses profissionais adoptam uma pedagogia uniforme<sup>1</sup> que consiste em tratar os alunos como se houvesse um modelo padrão de alunos que devem ser considerados como exemplos a seguir pelos restantes. Esta maneira de conceber o ensino dificulta a implementação efectiva da inclusão escolar. O modelo de nova escola deve valorizar a integração destes alunos no ensino regular, o que supõe reorganização a escola de modo a responder às necessidades de todos os seus alunos –não apenas aqueles que tem deficiência, mas também aqueles que não tem o ritmo de aprendizagem ou grau de sucesso do designado “aluno padrão” (Madureira, Leite, 2003).

Para tornar a inclusão como uma realidade nas escolas, é preciso, que haja mudança na maneira como alguns professores concebem o ensino, capacitando-lhes, para conhecerem a pedagogia diferenciada que atende as particularidades individuais dos alunos, permitindo que todos consigam aceder ao currículo. Visto que:

As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando um sistema educacional que reconheça e atende às diferenças individuais respeitando as necessidades de qualquer aluno. Sob esta ótica, não apenas portadores de deficiência seriam ajudados e sim todos os alunos que por inúmeras causas, exógenas, temporárias ou permanentes, apresentam dificuldades de aprendizagem ou no desenvolvimento (Carvalho, 2004, p.29).

Escola inclusiva é um espaço aberto para atendimento de todos, permitindo que qualquer aluno se sinta acolhido pelo professor e os seus colegas. Para isso, não deve haver discriminação e o material didáctico usado dentro da sala de aula deve ser diversificado de modo a atender as peculiaridades individuais dos alunos.

Para a elaboração deste artigo, foi empregado uma revisão bibliográfica que trata do tema, juntamente com a experiência do pesquisador.

---

<sup>1</sup> Aquela que atende a todos os alunos como se todos fossem iguais.

## CONCEITO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Consideramos que a inclusão escolar é um novo paradigma de ensino que atende a todos os alunos numa mesma escola, sem que haja nenhuma discriminação linguística, étnica, sociocultural e socioeconómica, entre outras. De certeza que este modelo de ensino conflita com as práticas educativas desenvolvidas pelas escolas do passado, que não consideravam as peculiaridades e potencialidades dos alunos. Diferentemente daquilo a escola actual, onde se promove a inclusão incentivando a participação activa de todos os alunos, fornece oportunidades para que todos os alunos compartilhem suas próprias experiências e perspectivas, contribuindo assim para um ambiente de aprendizagem mais enriquecedor, considerando a importância da cultura e do contexto dos discentes (Filho, 2024). Pelo contrário, na escola tradicional, os professores usam com maior predominância o método expositivo, dificultando o envolvimento dos alunos nas discussões e debates acerca dos conteúdos da aula.

Tanto no modelo expositivo como na instrução directa, o tipo de ensino é de transmissão e está centrado no professor e não no aluno. O professor limita-se a expor os conteúdos programados e o aluno absorve todo conteúdo ou uma boa parte dele. [...] não possibilitam a discussão nem as actividades em pequenos grupos, ou seja, não favorece o ensino centrado nos alunos e na interação dos mesmos (Neves, 2014, p.8).

Nas escolas de Moçambique, ainda se observam práticas educativas que não atendem as exigências de uma escola democrática, isto porque os professores na sua maioria, adoptam estratégias didácticas-pedagógicas durante as aulas. Eles não incentivam a participação activa dos alunos em debates e discussão dos conteúdos da aula, tornando as aulas monótonas e menos produtivas. Ou seja, a maioria dos professores usa com frequência os métodos expositivos, pois nunca tiveram alguma formação em matéria de pedagogia da diversidade permitindo a concretização de um ensino inclusivo.

Sendo a educação especial uma área de estudo relativamente nova no campo da pedagogia, muitos professores encontram-se desestabilizados frente às concepções e estruturais sociais, no que diz respeito às pessoas consideradas “diferentes”. Dessa forma, a partir do século XVI, a educação busca teorias e práticas focadas no ensino de qualidade, com profissionais comprometidos em dar aos seus alunos um ensino de qualidade, independente de suas diferenças individuais (Rocha, 2017, p.5).



Nesse cenário, os agentes ligados as formações de professores em exercício devem repensar a formação destes professores com base nos novos paradigmas de ensino, constituindo um mecanismo para a consciencialização dos professores em relação às exigências da escola actual.

## O SURGIMENTO DA INCLUSÃO ESCOLAR EM MOÇAMBIQUE

No entanto, a partir da segunda metade do século XX, o paradigma da inclusão como acção política, cultural, social e pedagógica desencadeada em defesa dos direitos de todos os estudantes de estarem aprendendo e participando juntos, sem nenhum tipo de discriminação adquiriu maior ênfase, no cenário mundial (Barbosa *et al.* 2018). A educação inclusiva, é uma área nova em Moçambique, onde o acesso à educação escolar era marcado por uma discriminação socioeconómica e racial que favorecia os brancos e filhos dos chamados negros assimilados. Não havia leis que defendiam uma educação para todos.

A preocupação de criar-se um sistema educativo, que atende a todos os alunos sem discriminação de cor ou condição económica surge no período pós-independência, quando se entendeu que a educação era um instrumento fundamental para o desenvolvimento social. A educação passou a ser prioridade para a formação de todos os moçambicanos. Portanto, a educação deixou de ser discriminatória, sendo um direito para todos até o nível desejado, inclusive para os moçambicanos negros que não eram assimilados. Almejando acolher e incluir as crianças rejeitadas pelo sistema escolar colonial, o Departamento de Educação Especial criou, em 1986, “turmas diagnosticas” para atender aquelas crianças que apresentavam problemas de aprendizagem (repetência mínima de dois anos na mesma classe). Esses alunos foram alocados num turno regular e num turno especial com acompanhamento psicopedagógico. Os resultados alcançados foram considerados positivos pelos técnicos do Departamento de Educação especial do Ministério da Educação de Moçambique (Silva, 2021).

Portanto, no período anterior a aprendizagem de todos os alunos das escolas podia existir, mesmo na ausência de as directrizes bases para a efectivação da política de inclusão escolar. A educação inclusiva acontecia então com base em leis avulsas. Com a declaração de Salamanca, o governo moçambicano projetou leis defendendo a educação das crianças com deficiências em



escolas comuns. No entanto, num primeiro momento não era possível alcançar uma educação inclusiva devido as condições que as escolas ofereciam. Esse modelo, supõe uma transformação total da escola tradicional para o acesso, permanência de todos os alunos, sem que haja nenhuma restrição. Segundo Stubbs (2008, p. 8) “a educação inclusiva refere-se a um vasto leque de estratégias, actividades e processos que procuram fazer do direito universal para a qualidade uma realidade importante para a educação”. Por isso que, em Moçambique, por falta de condições que procuram universalizar a educação nas escolas, referimos o ensino é exclusivo.

### **CONCEPÇÃO DOS GESTORES ESCOLARES, PROFESSORES E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO ACERCA DA INCLUSÃO ESCOLAR**

Para tornar-se uma realidade nas escolas de Moçambique, a inclusão escolar pressupõe condições de acessibilidade pedagógica, física e social que permitem o acolhimento de todos os alunos na escola regular. Pelo contrário, ainda se observa que, como foi mencionado, a maior parte dos professores têm dificuldades de aplicarem uma pedagogia da diversidade, dificultando a implementação efectiva desta modalidade de ensino. Segundo Miranda e Filho (2012, p. 12) “muitos professores e professoras acreditam que devem receber a preparação para trabalharem com estudantes com deficiência a partir de uma formação profissional que, vinda de fora (orientações, direção, estado) dê a eles autonomia para atuar”.

Além disso, as infraestruturas escolares não estão preparadas para o acolhimento de alunos com necessidades educativas especiais, sobretudo as crianças com problemas motrizes. Ademais, ainda existem preconceitos associados a educação escolar de pessoas que apresentam uma certa deficiência ou limitação.

Em resultado disso, alguns estudos desenvolvidos em Moçambique concluíram que a maioria dos professores não aplica a filosofia do ensino inclusivo, talvez porque, ao longo da formação, eles não cursaram disciplinas que abordam o ensino inclusivo e nunca foram capacitados para isso. Esta situação dificulta e dificultará a concretização de uma “escola para todos”. Além disso, os gestores escolares não incorporam a filosofia do ensino inclusivo, por considerar que atende apenas os alunos que apresentam “deficiências notórias” deixando-se de lado as outras crianças que também necessitam de uma atenção especial.



Constatamos, assim, que, na maior parte das escolas moçambicanas, a concepção dos professores em relação ao ensino inclusivo não responde às exigências emanadas pela declaração de Salamanca e dos demais documentos que regulam esta actividade. Os estabelecimentos escolares ainda adoptam estratégias didácticas-pedagógicas do ensino tradicional que não respeita as diferenças individuais dos alunos em sala de aula, não havendo equidade no tratamento para a inclusão. O recurso, ainda predominante, do método expositivo não permite que os alunos desenvolvam o senso crítico, a autonomia, criatividade, inovação e o senso de imaginação. Essas acções pedagógicas contrariam as exigências da escola actual. Por isso, aconselha-se que, os professores implementam métodos e técnicas para responder a diversidade na sala de aula.

Além dos professores, os gestores escolares dificultam a implementação efectiva da inclusão escolar, promovendo uma gestão autoritária e centralizadora das unidades escolares. Os directores envolvem pouco os actores escolares na tomada decisão. As reuniões servem para informar e não para obter opiniões dos colaboradores acerca das pautas. Ou seja, não existe uma gestão democrática e participativa contribuindo para a existência de uma escola inclusiva. Os directores, na sua maioria, não têm uma preparação prévia de gestão de uma unidade inclusiva. Do mesmo modo, os encarregados de educação, que não se envolvem na vida escolar dos seus educandos, delegam toda responsabilidade de ensinar e educar aos professores, dificultando a implementação efectiva da inclusão escolar.

Ao analisar as propostas pedagógicas elaboradas pelas escolas em Moçambique, como ferramentas para ensino e aprendizagem de todos, percebe-se que não são contempladas as necessidades dos estudantes em relação às suas características. Verifica-se ausência de adaptações curriculares, de recursos de comunicação e/ou didácticos. Além disso, a não correspondência das demandas educativas impossibilita o acesso pleno à educação, negando a formação cidadã como princípio da organização social democrática que vem sendo constituída em Moçambique. (Guebert; Rodrigues, 2021, p. 255)

Para permitir a inclusão de todos os alunos na escola regular de Moçambique, precisamos assim que os professores adotam o conceito de inclusão escolar, tendo em conta que esta modalidade de ensino surge para responder às especificidades individuais dos alunos.





## **OS RESULTADOS DA CONCEPÇÃO DOS GESTORES ESCOLARES, PROFESSORES E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A implementação da inclusão escolar é, com certeza, prejudicada por sua representação distorcida pelos actores escolares que perpetuam a exclusão dos alunos que se encontram em desvantagens. Por isso, os professores devem abandonar os princípios didácticos-pedagógicos do ensino tradicional:

O alargamento da escolaridade obrigatória e a massificação do ensino transportaram para a escola uma diversidade de alunos caracterizados por envolverências sociais e culturais, interesses, valores, conhecimentos e ritmos de aprendizagem que tenha em conta e respeite as características e necessidades de vasto público discente que alberga. Exige-se das instituições de ensino uma educação de qualidade para todos: uma educação plural, democrática, inclusiva e hábil na construção de uma sociedade assente em valores de cooperação, parceria e solidariedade (Neves, 2014, p.119).

96

Embora se observa o alargamento e a massificação do ensino, a maior parte dos professores não está preparada pedagógica e didacticamente para práticas pedagógicas associadas aos novos paradigmas de ensino. Os métodos passivos, que não colaboram para envolver os alunos em debates e discussões, continuam tornando as aulas menos dinâmicas e participativas, enquanto métodos e técnicas diversificadas para atingirem todos os alunos durante as aulas poderiam melhorar a qualidade das aulas:

Com a publicação do relatório Warnock inicia-se a abolição de uma fronteira rígida entre a criança normal e a criança deficiente, vindo a contribuir para a noção de aluno com necessidades educativas especiais e que a escola não pode ser um local de elite, rejeitando todos aqueles que não se enquadram dentro de parâmetros pré-estabelecidos de “normalidade”, mas deverá ser aberta a todos os alunos, onde cada criança, qualquer que seja o seu problema, encontrara resposta dentro da escola (Rodrigues, 2006, p. 57-58).

Embora os documentos dizem-nos que não deve existir uma fronteira rígida entre as crianças “normais” e as crianças com deficiência nas escolas de Moçambique, não existe um ensino diferenciado. Os professores não respeitam as particularidades individuais dos alunos e não aplicam metodologias diferenciadas. Os sistemas de ensino estão elaborados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e diferentes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquelas



manifestações das diferenças. A lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjectivo, o afectivo, o criador, ser os quais não conseguimos romper com o velho modelo para produzir a reviravolta que a inclusão impõe (Montoan, 2003, p.12).

Para superar-se os problemas contemporâneos ligados a educação, sugerimos que, os professores devem repensar suas práticas pedagógicas, concebendo um modelo de ensino atendendo as diferenças individuais dos alunos durante as aulas. Precisa-se habilitar sistemas de educação para todos os estudantes, como foco principal naqueles que são tradicionalmente excluídos de oportunidades educacionais. São considerados aprendizes excluídos aqueles das famílias mais pobres, minorias étnicas e linguísticas, povos indígenas e pessoas com necessidades especiais e de deficiências. (Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura, 2019).

## CONCLUSÃO

Enquanto os gestores escolares, professores, encarregados de educação em Moçambique não serão consciencializados acerca da filosofia da inclusão escolar, eles não vão poder contribuir para a implementação efectiva desta modalidade de ensino. Entendemos que para a superação dos problemas relacionados com a inclusão escolar na maioria das escolas, é preciso que, o governo, através do Ministério de educação, aloque um orçamento capaz de responder às exigências para a criação deste modelo de escola.

A primeira pergunta de nossa introdução era a seguinte: É possível efectivar-se a inclusão escolar enquanto os actores escolares não conhecem a filosofia desta política educativa? De certeza, não será possível efectivar a inclusão escolar enquanto os actores escolares (gestores escolares, professores e encarregados de educação) não sabem de que se trata. Como consequência disso, constata-se nas escolas que maior parte dos professores continuam aplicado metodologias de ensino durante as aulas o método de expositivo continua predominante. Além disso, não existe consideração pelas diferenças entre os alunos. Tratando-os como se todos fossem iguais, contribui-se para o fracasso escolar.



Entendemos que a inclusão escolar requer que os agentes ligados à formação de professores em exercício em Moçambique repensem a capacitação contínua dos professores sobre essa problemática, de modo que possam enfrentar os novos desafios impostos pela escola actual.

Em relação a outra segunda questão: Que mecanismos devem ser adoptados pelas escolas para consciencializar-se os actores acerca da filosofia da inclusão escola? É imprescindível, que os responsáveis pela capacitação de gestores escolares e professores em exercício repensem acerca de capacitações, que abordam acerca da inclusão escolar, de modo a lhes preparem para as novas exigências da escola. Para envolver a família na escola, é essencial adoptar-se uma gestão democrática e participativa, que possibilita a participação de todas as partes interessadas na tomada de decisão, contribuindo de maneira significativa para a construção de uma escola inclusiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, D. de S. *et al.* Educação inclusiva: aspectos históricos, políticos e ideológicos da sua contribuição no cenário internacional. **Actualidade investigativas**, v.18, n. 2, 2018
- CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva**: Com os Pingos nos “is”. Porto Alegre: Portugal, 2004.
- FILHO, J. de M. **O currículo na escola inclusiva**: flexibilização curricular. Revista caderno pedagógico. V.21, nº 8, p 01-41. (2024)
- GUARÁ, I.M.F. Rosa e MACHADO, M. E. **A integração escolar e acolhimento**: Ponte entre a proteção social e a educação escolar. Revista cadernos do Debate NAAPA. V.2, (s/d)
- GUEBERT. M.C.C e RODRIGUES, M, A. **Sistema Educativo em Moçambique**: as estratégias internacionais de inclusão, Interdisciplinar dos Direitos Humanos, V.9, nº1, p.255-274. (2021). DOI: <https://doi.org/10.5016/ridh.v9i1.51>
- MADUREIRA, I. P. e LEITE, T S: **Necessidades Educativas Especiais**. Universidade Aberta. Lisboa: Portugal, 2003.
- MONTOAN, M. T.E. **Inclusão Escolar o que é? Porque? Como fazer?** 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2003.
- MOREIRA, A F. e CANDAU, V. M. **Multiculturalismo Diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2ª ed. São Paulo: Vozes, 2008.
- NEVES, Maria Ricardo. **Organização de Espaço Educativo, “Quebra” A Rotina**. 2014. Dissertação (Mestrado em 1º e 2º Ciclo de Ensino Básico). Escola Superior de Educação, Nova de Gaia, 2014.
- PAPIM, A, A, P. et al. **Inclusão escolar perspectivas e práticas pedagogicas contemporaneas**. Porto Alegre: fi, 2018.
- ROCHA, A. B. Oliveira. **O papel do professor na educação inclusiva**. Ensaio Pedagógico, V.7 nº 2, Jul/Dez 2017



- RODRIGUES, I. T. Maria. **Necessidades Educativas Especiais**: a mudança pelo relatório Warnock. Dissertação (Mestrado em ciências de educação na área de especialização de formação pessoal e social), Departamento de Ciências de Educação. Universidade de Aveiro, 2006.
- SANTOS, M. P. e OLIVEIRA, A. M. **Ensinando e aprendendo com Paulo Freire, Pedagogias, Pesquisas e Práticas educacionais**, 1ª ed: Campinas Brasil: Quipa, 2021
- SILVA DA, D.B.M. **Percurso histórico da educação especial à educação inclusiva em Moçambique: análise de políticas educacionais 1990-2019**, CADERNOS do APLICACAO pesquisas em Educação Básica, V.34, nº 2,(2021): DOI: <https://doi.org/10.22456/2595-4377.109065>
- STUBBS, Sue. **Educação Inclusiva**. School of Education, University of Manchester: Ingrid Lewis, 2008
- UNESCO (2019).**Manual para garantir inclusão e equidade na Educação**. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000370508> Acesso 15 de Maio de 2025.
- XAVIER, A. Roberto e SILVA, M. do S. Lopes. **Educação inclusiva, Diversidade e Direitos Humanos**, Viçosa: Impuce, II-Congresso instituto Dominiu,2018.